

**DOCUMENTOS E
ARQUIVOS DE
ARQUITECTURA:**
PRINCÍPIOS, ESTRATÉGIAS,
METODOLOGIAS E
INSTRUMENTOS
DE GESTÃO

CONFERÊNCIA ARQUITECTO MARQUES DA SILVA 2009

**DOCUMENTOS E
ARQUIVOS DE
ARQUITECTURA:
PRINCÍPIOS, ESTRATÉGIAS,
METODOLOGIAS E
INSTRUMENTOS
DE GESTÃO**

JOÃO VIEIRA

FUNDAÇÃO
MARQUES
DASILVA

APOIO

U.PORTO

DOCUMENTOS E ARQUIVOS DE ARQUITECTURA:

PRINCÍPIOS, ESTRATÉGIAS, METODOLOGIAS E INSTRUMENTOS DE GESTÃO

[5]

Os documentos e arquivos de Arquitectura têm, em potência, uma relevância substancial como suporte a acções administrativas, técnicas e científicas relacionadas com a actividade arquitectónica mas também como objecto de fruição cultural e fundamento de processos de produção de identidades individuais e comunitários.

Não obstante, esses documentos e arquivos não estão, em regra, inseridos em contextos informacionais nem são objecto de gestão e processamento técnico-arquivístico que valorizem aquele potencial de utilização.

Um dos caminhos para a valorização desses recursos documentais, como procura evidenciar o presente trabalho, passa pela sua inserção em sistemas de informação e documentação arquitectónicas que promovam a interoperabilidade entre arquivos de Arquitectura e sistemas de informação sobre Arquitectura.

ARQUITECTURA

[7]

A Arquitectura é uma das criações do homem que maior impacto produz a várias escalas da vida em sociedade - desde o todo social, até ao indivíduo, passando pelas diversas comunidades, grupos específicos e organizações - e em diversos dos seus planos - político, socioeconómico, ambiental, tecnológico, científico, cultural, simbólico, psicológico, etc.

O objecto específico da prática e do conhecimento arquitectónicos é, ele próprio, complexo. Entendido na sua acepção mais ampla, pode, de facto, englobar não só os edifícios e estruturas construídas e seus componentes, como também os próprios aglomerados urbanos e as unidades paisagísticas que sucessivamente os integram e contextualizam¹.

Além de estruturalmente complexo, o objecto arquitectónico é, ainda, dinâmico. Tende a inscrever-se no plano da longa duração, cruzando várias gerações e, regra geral, sofrendo as transformações induzidas pelo próprio desenvolvimento económico e social, tecnológico, político, cultural e das mentalidades verificado nos contextos macro e micro em que se insere.

Para além da dimensão física, os objectos arquitectónicos são ainda susceptíveis de incorporar uma dimensão imaterial, que lhes é conferida pelo conjunto de relações significantes que, aos olhos dos seus observadores, esses objectos estabelecem entre si, com as comunidades e os indivíduos que os produzem ou utilizam e com as actividades que suportam.

1. Arquitectura é entendida, para efeitos do presente trabalho, no amplo sentido que William Morris lhe confere, a saber: o conjunto das actividades relacionadas com "the molding and altering to human needs of the very face of the earth itself".



[1] PAÇO DA GUELA, ARCOS DE VALDEVEZ, S.A., S.D., SIPA, FOTO 051446



[2] CABANA DE PASTOR, MOURÃO, FREDERICO GEORGE, S.D., SIPA, FOTO FG. 00006857



[3] CONJUNTO MONUMENTAL E URBANO E ENQUADRAMENTO PAISAGÍSTICO DA NAZARÉ, S.A., S.D., SIPA, FOTO 134807

Os possíveis sentidos que a Arquitectura pode virtualmente produzir, ancorar e transmitir estão, assim, inextricavelmente associados aos valores que lhe são atribuídos pelas comunidades, organizações e indivíduos que com ela se confrontam: do valor funcional ao económico-financeiro, do valor artístico e cultural ao científico e tecnológico, do valor histórico e documental ao simbólico e identitário.

É hoje consensual a ideia de que o património arquitectónico, enquanto relevante componente do património cultural de uma região ou de uma comunidade, é um poderoso factor de distinção e de identificação sociais. Os edifícios e as cidades sobrevivem para além dos limites temporais de cada geração dos seus habitantes. Tornam-se, "(...) em boa medida, a expressão material mais persistente da cultura de uma comunidade"². "O desenho da cidade e a sua arquitectura perduram no tempo e deixam marcas profundas no território, mas também nos imaginários colectivos e nos hábitos que podem sobreviver até à presença física dos objectos que estiveram na sua origem"³. Particularmente os edifícios públicos e monumentais existentes nas cidades históricas constituem dispositivos de identificação "(...) facilmente memorizáveis, capazes de conferir uma forma distintiva e reconhecível ao bairro ou à cidade no seu conjunto, marcas com as quais a comunidade se identifica e através das quais é identificada do exterior"⁴. Esse é um património "sucessivamente transmitido e herdado, adaptado e transformado que, ao longo dos tempos, vai sendo perpetuado à medida que é reinterpretado". Os edifícios e a cidade são, assim, "fonte e base de tradições, tirando partido da memória para a criação das identidades partilhadas"⁵. São focos de identificação colectiva e individual, afirmações de cultura.

2. Walter Rossa, "História do Urbanismo e Identidade. A Arte Inconsciente da Comunidade" *História*, III série, Ano XXII, nº27, Jul. 2000, pp. 40-47 (p.42).

3. João Paulo Martins, "Uma cidade deve ser como uma casa grande para ser uma verdadeira cidade" in *Arquitectura de serviços públicos em Portugal: os internatos na justiça de menores (1871-1978)*. Lisboa: Direcção-Geral de Reinserção Social. Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2009, p. 23.

4. Idem, ibidem, p. 29

5. Idem, ibidem, p. 23

Nessa perspectiva, poder-se-á afirmar que património arquitectónico é o complexo dinâmico da(s) estrutura(s) física(s) multi-escala e da(s)correspondente(s) teia(s) de significados que, num dado momento histórico, determinadas comunidades, organizações ou indivíduos são capazes de reconhecer e especialmente valorizar.

Diversos são os papéis sociais convocados pela Arquitectura: autor, proprietário, promotor, empreendedor/construtor, conservador, financiador, utilizador, legislador, gestor/administrador, investigador, crítico, divulgador, fruidor, professor, aluno... Assim como múltiplas e entrecruzadas são as actividades que lhes cabe desenvolver nesse âmbito. Com frequência essas actividades desenvolvem-se através de procedimentos de elevada complexidade administrativa, científica, técnica e tecnológica, onde só especialistas têm a capacidade e a legitimidade de intervir. Noutras ocasiões, porém, são grandes o interesse e a expectativa que suscitam junto das comunidades, sendo, por isso, sujeitas a permanente escrutínio público, a forte politização e a cerrada mediatização.

Por outro lado, enquanto objecto do conhecimento e da prática a Arquitectura constitui uma plataforma multidisciplinar sustentada por áreas do saber tão diversas quanto: a Matemática, as Ciências Exactas, as Ciências da Terra, a Arte, as Tecnologias, as Ciências Sociais, a Política, a Filosofia, a Linguística, a Semiologia, a História, etc.



[5] MOSTEIRO DA BATALHA, VISTA GERAL DA FACHADA SUL., S.A., S.D., SIPA, FOTO 078651



[5] [6]
[7]

[5] IGREJA E CLAUSTRO DO EXTINTO CONVENTO DE S. FRANCISCO, INTERIOR DURANTE AS OBRAS, SANTARÉM, S.A., 1969, SIPA, FOTO 521198

[6] IGREJA E CLAUSTRO DO EXTINTO CONVENTO DE S. FRANCISCO, CONSTRUÇÃO DAS COBERTURAS DA IGREJA, SANTARÉM, S.A., S.D., SIPA, FOTO 521219

[7] SÉ DO FUNCHAL, O MINISTRO DAS OBRAS PÚBLICAS NA COBERTURA DA SÉ OUVINDO AS EXPLICAÇÕES, S.A., C 1950., SIPA, FOTO 535494

A Architectura é, em suma, e pelos motivos acima aduzidos, um território por excelência de comunicação, de troca de ideias, valores, sentidos e emoções. Mas é também, por essa mesma razão, há que dizê-lo, um campo de tensões, onde se cruzam e não raras vezes se confrontam diversos interesses e expectativas: desde os que separam esferas distintas da autoridade pública, até aos que opõem o interesse público às múltiplas e, quase sempre, entre si antagónicas conveniências privadas.

Mercê da importância que a Architectura assume enquanto suporte e componente de civilização e cultura e enquanto fundamento de identidade social e individual, reconhecer, representar e documentar esse património e tornar os registos daí resultantes disponíveis para acesso público são consensualmente considerados contributos essenciais para a compreensão, a valorização e a apropriação desse legado complexo e multidimensional por comunidades e indivíduos, bem como para facilitar a sua gestão e apoiar a sua salvaguarda.

A documentação arquitectónica é, nesse sentido, diria eu, a meta-informação da Architectura e do Património Arquitectónico. E, no contexto desse dispositivo de meta-informação, os arquivos de arquitectura desempenham um papel fulcral, dada não só a profundidade da informação neles conservada como também o carácter autêntico desses registos e, consequentemente, a sua incomparável força probatória e testemunhal.

DOCUMENTOS E ARQUIVOS DE ARQUITECTURA

[17]

É frequente, hoje em dia, dizer-se que a sociedade contemporânea se baseia no primado do conhecimento. Com efeito, o controlo e o acesso eficazes à informação e documentação disponíveis, às fontes do saber, são cada vez mais considerados como factores de distinção e de competitividade para governos e administrações públicas, agentes socioeconómicos, comunidades e cidadãos.

Ora, a Arquitectura é um sector de actividade onde se produz, processa, transmite e consome informação e documentação em grande quantidade e com forte conteúdo técnico-científico, artístico e tecnológico. É, além disso, uma área caracterizada por algumas especificidades documentais, dentre as quais destaco as seguintes:

- as necessidades de informação podem abarcar extensos períodos temporais;
- as perspectivas de análise sobre os mesmos objectos e acções podem ser múltiplas e inconciliáveis, em função de diversos pontos de vista e necessidades funcionais;
- o grau de profundidade e sofisticação da informação necessária, bem como de relevância e de pertinência da sua recuperação, é tendencialmente muito elevado;
- os registos técnicos e artísticos têm normalmente uma estrutura documental de assinalável complexidade, para além de poderem recorrer a diversos códigos de linguagem e tipos de representação e ainda a processos tecnológicos e a materiais de registo e reprodução de características muito específicas e em constante evolução;

- existem fortes condicionantes à comunicação a terceiros de parte substancial desses documentos e dessa informação, obstáculos impostos pela necessidade imperiosa de proteger direitos de propriedade intelectual, de privacidade e de garantir a segurança dos bens e dos seus proprietários e ou utentes;
- esses mesmos registos, para além do valor informativo e probatório que naturalmente encerram, podem ainda ser relevantes do ponto de vista artístico – como peças de arte ou artefactos – e, qualquer um desses tipos de valor, pode assumir uma expressão financeira não despreciable.

A formulação, por parte de uma determinada organização ou agente socio-económico, de uma política de informação consistente – ou seja, de uma política que vise a gestão eficaz e eficiente de recursos de informação – implica, necessariamente, a prévia definição da missão ou do papel a desempenhar pelos recursos documentais, especialmente os arquivos, no sistema organizacional.

Ora, em Portugal a maioria das organizações públicas e privadas e dos indivíduos exige muito pouco dos seus arquivos, limitando-os ao cumprimento de uma função administrativa primária no plano do curto-médio prazos, a saber: informação e/ou prova relativamente a uma determinada transacção, objecto ou entidade. Tão-pouco o universo mais restrito das organizações e dos arquivos relacionados com a Arquitectura escapa, regra geral, a esta tendência.

A relação dos arquitectos com os seus próprios registos escritos, desenhados ou fotográficos, de facto, nem sempre tem sido pacífica. Entre a comunidade não é, aliás, rara a convicção de que a “Arquitectura não é feita para o papel” e de que o

valor e interesse dos registos arquitectónicos são amplamente ultrapassados pela obra construída ela própria, em última análise o mais completo registo de si mesma.

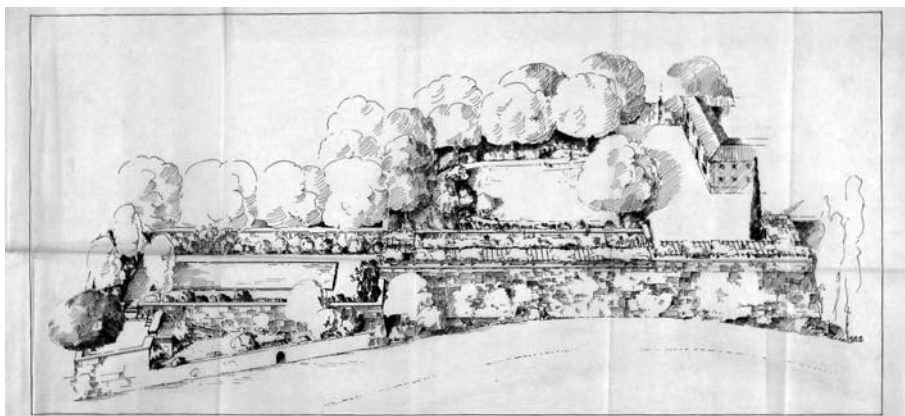
Ainda assim, entre aqueles profissionais parece consensual a ideia de que os registos arquitectónicos são veículos de comunicação essenciais quando se trata de conceber, apresentar e mesmo vender uma ideia ou proposta a um cliente, de transmitir instruções a um construtor, de ilustrar e divulgar uma obra junto de uma determinada audiência. A essa função instrumental atribuída aos documentos de arquitectura pelos seus produtores vem juntar-se, por vezes, ainda que mais raramente, a consciência da sua função dispositiva, na medida em que esses registos sejam percebidos como um pré-requisito para a existência do próprio objecto arquitectónico, tão importante quanto o sítio, a vontade do dono de obra ou a capacidade do construtor⁶. Por fim, hoje em dia, a par dos referidos papéis instrumental e dispositivo, a função probatória dos documentos arquitectónicos tornou-se especialmente evidente para o arquitecto à medida que este se envolve no ambiente cada vez mais exigente e nos processos progressivamente mais complexos da indústria da construção.

Em todo o caso, qualquer uma das referidas 3 possíveis funções administrativas atribuídas aos documentos de arquitectura pelos seus produtores e utilizadores primários remete para um nível elementar de expectativa e de desempenho funcional dos recursos de informação e documentação. Esse facto, por sua vez, é determinante no estabelecimento das políticas e metodologias de processamento técnico-documental daqueles recursos, invariavelmente pouco sofisticadas, bem como na decisão sobre investimentos a aplicar, compreensivelmente reduzidos.

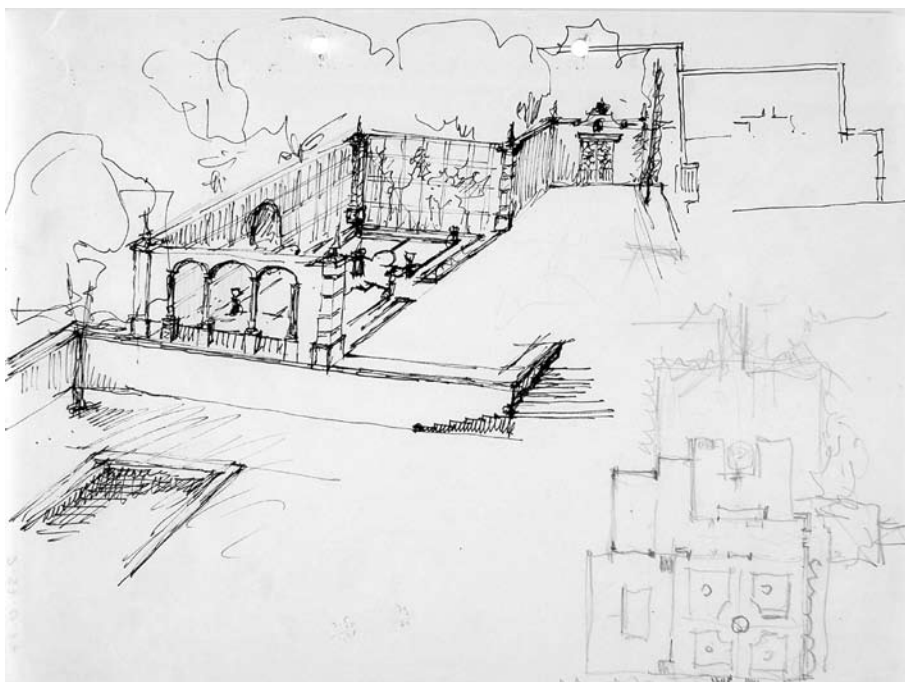
6. Ricardo Agarez, "The Gleaners and I. Architecture in Archives" in *COMMA - International Journal on Archives*, Paris: International Council on Archives, no prelo.



[8] CONVENTO DE SANTA CLARA / REFORMATÓRIO DE VILA DO CONDE (ANTES DOS TRABALHOS), VILA DO CONDE, CASA ALVÃO, 1936, SIPA, FOTO 551122



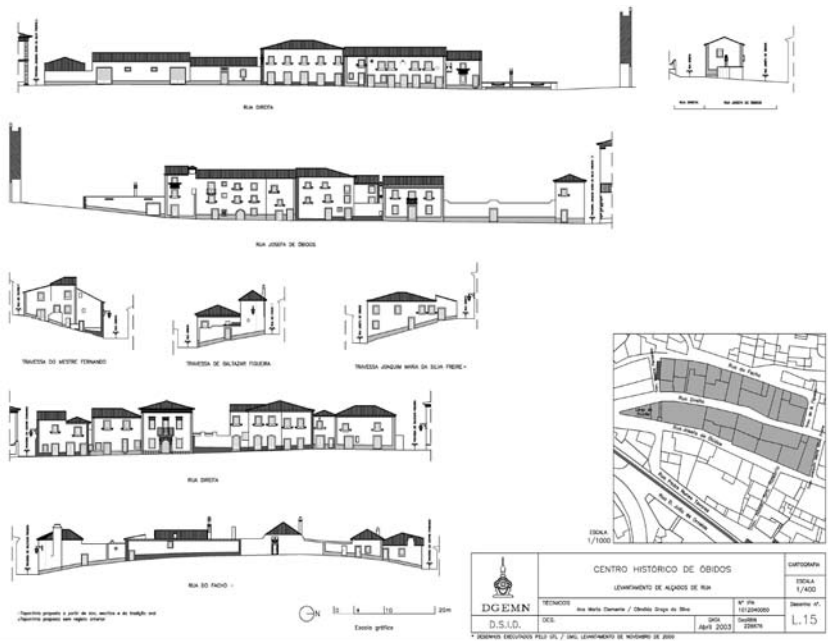
[21]



[9] PALÁCIO DE MATEUS, VILA REAL, ARQUIVO GONÇALO RIBEIRO TELLES, S.D., SIPA, S.N.

[10] QUINTA DA AGRELA, SANTO TIRSO, ARQUIVO FRANCISCO CALDEIRA CABRAL, S.D., SIPA, S.N.

[11] [PERSPECTIVA DE JARDIM], ARQUIVO FRANCISCO CALDEIRA CABRAL, S.D., SIPA, S.N.



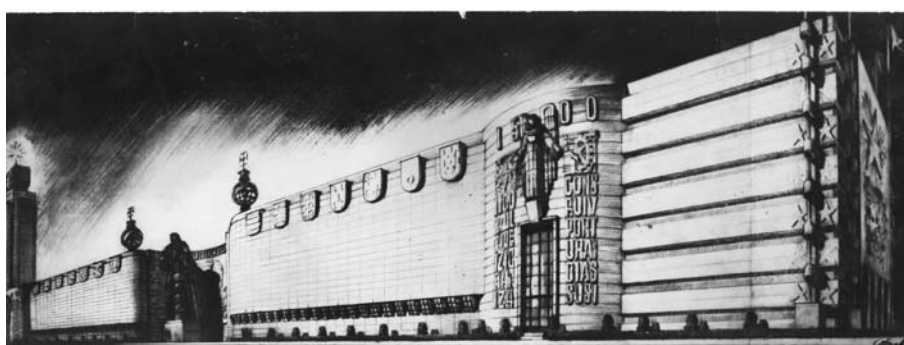
[12] PALACETE HOTEL DO BUÇACO, LUSO, ALÇADO NORDESTE DO PROJECTO PARA OS ANEXOS DO CONVENTO DO BUÇACO, LUIGI MANINI, 1888, SIPA, FOTO 583989

[13] CENTRO HISTÓRICO DE ÓBIDOS: LEVANTAMENTO DE ALÇADOS DE RUA, 2003, SIPA, FOTO 5553436

Por último, e mais importante, as limitações cima referidas prejudicam significativamente o papel dos documentos e arquivos de Arquitectura como meta-informação dessa mesma Arquitectura, dificultando, em última análise, a sua compreensão e apropriação pela sociedade.

Inclusivamente do ponto de vista da produção historiográfica, à medida que a História da Arquitectura vem passando a incluir no seu território de estudo, para além das obras arquitectónicas (e destas já não só as peças de excepção), também os processos arquitectónicos (os contextos: políticos, ideológicos, sociais, culturais, tecnológicos, económicos; as actividades: a contratação, a recepção da obra, a gestão e utilização dos edifícios ao longo do tempo) e os seus protagonistas, mais abrangente, diversificado e complexo se vem tornando o universo dos “documentos de arquitectura” susceptíveis de serem convocados, assim como mais sofisticadas se vêm transformando as necessidades de pesquisa e recuperação de documentos e informação.

Dito de outra forma, se, por um lado, os agentes arquitectónicos demandam e esperam dos seus arquivos um desempenho funcional elementar, por outro, e em conformidade, não investem na qualificação e sofisticação desses recursos – designadamente através da sua interligação a bases de dados especializadas em conteúdos arquitectónicos –, inviabilizando, dessa forma, a geração de *outputs* consistentes, diversificados e adaptados às diferentes necessidades de informação acima diagnosticadas, designadamente as relacionadas com processos de produção de identidades sociais.



[14] INSTALAÇÕES DA STANDARD ELÉCTRICA, LISBOA, ARQUIVO JOSÉ COTTINELLI TELMO, S.D., SIPA, S.N.

[15] EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS - PAVILÃO DA SOBERANIA, ARQUIVO JOSÉ COTTINELLI TELMO, S.D. SIPA S.N.



[16] ÁLBUM COM IMAGENS DE OBRAS REALIZADAS PELA DGEMN ENTRE 1936 E 1944, SIPA, S.N.

ARQUIVOS DE ARQUITECTURA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO SOBRE ARQUITECTURA: UMA RELAÇÃO COOPERATIVA

[27]

No passado, as organizações arquitectónicas foram de alguma forma suprimindo as suas necessidades de informação mediante a construção e manutenção de sistemas de cadastro e de inventário de arquitectura, ora de cariz jurídico-patrimonial, ora de vocação técnico-científica, a maior parte dos casos, porém, em formato papel, com dados pouco estruturados ou com incipiente suporte informático. Além disso, não só estes instrumentos de descrição e controlo, quando existiram, se limitaram a um registo formal e ou artístico dos objectos arquitectónicos em si, sem incorporarem informação essencial de carácter técnico e tecnológico sobre os mesmos, bem como sobre as diversas acções de gestão e conservação sobre eles efectuadas, como a relação estabelecida entre esses recursos de informação e os arquivos organizacionais, quando existente, era efectuada de forma estática e indirecta.

A gestão dos arquivos, por seu turno, foi durante muito tempo dominada por uma concepção limitada do seu potencial organizacional, como recurso de prova e informação relativamente a uma transacção jurídica concreta, concepção que, como referi atrás, ainda hoje de certa forma é predominante. Ou seja, o papel desempenhado pelos arquivos no âmbito dos sistemas de informação sobre arquitectura era reduzido.

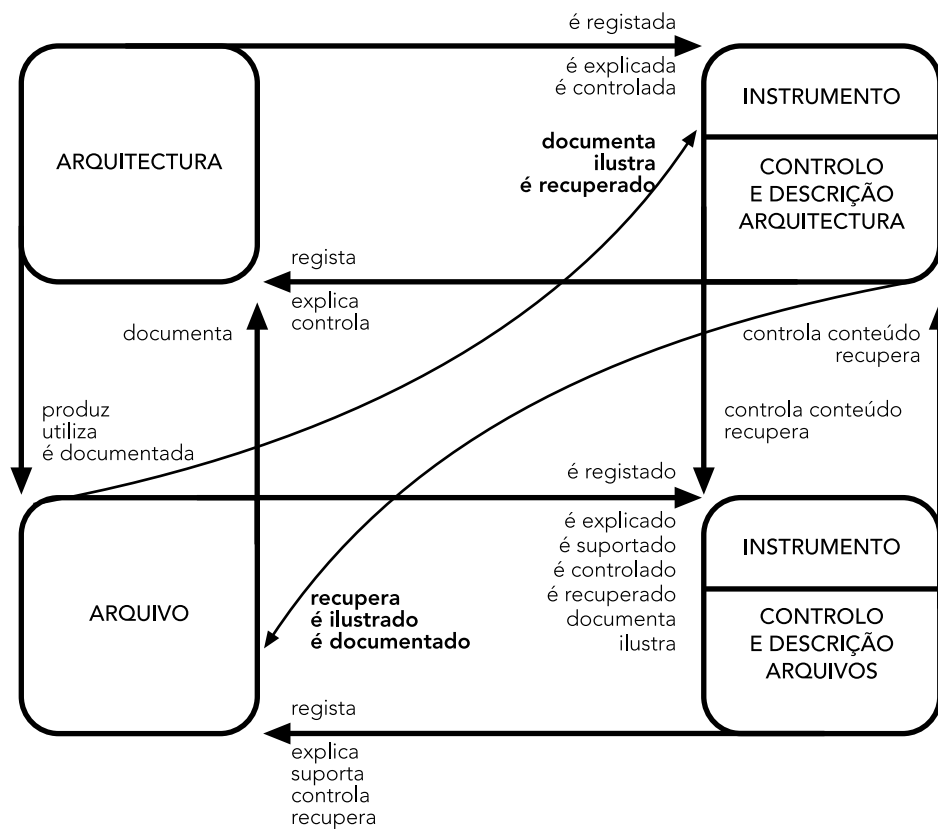
Actualmente, se é certo que existem ao dispor das administrações e empresas ferramentas informáticas de apoio à produção, ao processamento e à

utilização de dados e informação em formatos sofisticados sobre arquitectura, informação essa que se revela essencial para execução das funções de concepção, planeamento, execução, controlo e avaliação de actividades tão diversas quanto o projecto, a construção, a remodelação, a utilização, a conservação, a salvaguarda e a valorização de edifícios, conjuntos urbanos e paisagens culturais, não é menos certo que o grau de interoperabilidade entre essas ferramentas e os arquivos gerados no decorrer dessas mesmas actividades continua, como vimos, a não ser suficiente.

Não obstante, as vantagens que advêm da estruturação de um sistema de informação sobre arquitectura que garanta um elevado grau de interrelação funcional entre um módulo especializado na descrição e controlo de objectos arquitectónicos e outro dedicado à descrição de documentos e arquivos parecem óbvias. O diagrama que se segue demonstra algumas delas⁷. A saber:

7. Este exemplo de sistema baseado em apenas dois módulos funcionais é aqui apresentado de forma deliberadamente simplificada para servir a clareza da exposição.

- O Arquivo documenta (informação e prova) o objecto arquitectónico e as diversas acções que sobre ele incidem; além disso, documenta e ilustra o recurso de informação especializado no controlo e descrição de arquitectura;
- Este recurso, por seu turno, pode demonstrar-se essencial na recuperação de documentos do arquivo e ou da sua meta-informação, através da utilização de critérios de pesquisa complexos e especializados, relacionados com os atributos dos objectos arquitectónicos que descreve; poderá, ainda, cumprir um papel essencial na descrição dos conteúdos dos documentos do arquivo através da simples associação entre o registo do objecto arquitectónico e o registo de descrição documental dos documentos a ele alusivos.



[17] DIAGRAMA DAS RELAÇÕES FUNCIONAIS ENTRE ARQUIVO E RECURSO DE INFORMAÇÃO E ARQUITECTURA E RECURSO DE INFORMAÇÃO ARQUITECTÓNICA

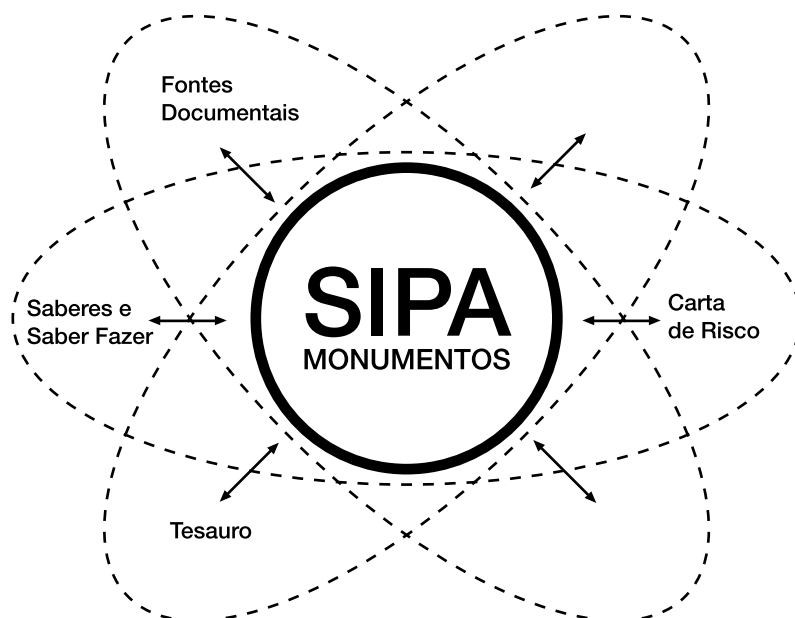
Esta relação cooperativa entre recurso de informação e recurso documental sobre arquitectura tem ainda a vantagem de estruturar em diferentes níveis ou camadas o produto final, de molde a melhor adequá-lo às necessidades diversas dos utilizadores: a camada superior (informação) composta por informação extremamente estruturada mas de profundidade limitada; a camada inferior (documentação) integrando informação pouco estruturada mas de grande profundidade.

Esta abordagem integrada à gestão da informação e da documentação sobre arquitectura pode ainda induzir o desenvolvimento de estratégias de gestão de projectos assentes no planeamento concertado, na partilha de recursos e na divisão do trabalho segundo critérios de especialização de competências. Como exemplos da partilha de recursos ocorre pensar na infra-estrutura informática de suporte, bem como nalgum software aplicativo: geo-referenciação, gestão de linguagens controladas, gestão de processos e *workflow*, etc. Quanto à especialização do trabalho, impõe-se referir o caso da indexação por assuntos como uma função onde os especialistas em Arquitectura e Urbanismo e áreas afins podem desenvolver um trabalho de grande especificidade em prole da qualificação dos sistemas de arquivos, desde que devidamente enquadrados pelos profissionais da área.

O SIPA - SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA O PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO

[31]

Um exemplo claro desta relação cooperativa entre arquivos e informação sobre arquitectura é o SIPA - Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, desenvolvido actualmente pelo IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana e lançado, em 1992, pela ex-DGEMN - Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais de Portugal.



O SIPA é, presentemente, constituído:

1. pelo mais extenso e representativo conjunto de recursos de informação e documentação especializados e inter-relacionados sobre arquitectura e sobre património arquitectónico, urbanístico e paisagístico de relevância nacional, regional e local, do qual destaco:

1.1. as bases de dados de:

- a. Inventário de Património Arquitectónico, que integra actualmente cerca de 30000 registos síntese com informação textual e iconográfica sobre edifícios e estruturas construídas, conjuntos urbanos, sítios e paisagens culturais de todo o território nacional, bem como de outros espaços lusófonos;
- b. Inventário de Paisagem e de Conjuntos Urbanos, que, assente em ferramenta webGIS, disponibiliza informação sob a forma de cartas temáticas com a caracterização do tecido urbano edificado e não edificado e da paisagem humanizada;
- c. Carta de Risco do Património Arquitectónico, que integra registos do estado de conservação dos edifícios e estruturas construídas, produzidos através de análise qualitativa e quantitativa dos factores de degradação, de forma a possibilitar o planeamento, a intervenção e a definição de planos de manutenção preventiva;
- d. Inventário dos Saberes e dos Saberes-Fazer, que integra registos síntese sobre processos, técnicas e agentes da construção e conservação de património arquitectónico;

e. Tesouro SIPA, vocabulário estruturado e em permanente evolução sobre Arquitectura, Urbanismo, Paisagem, Território, Documentação e áreas associadas que tem como principal objectivo controlar a terminologia utilizada na produção, representação, pesquisa e exploração de conteúdos no âmbito do SIPA;

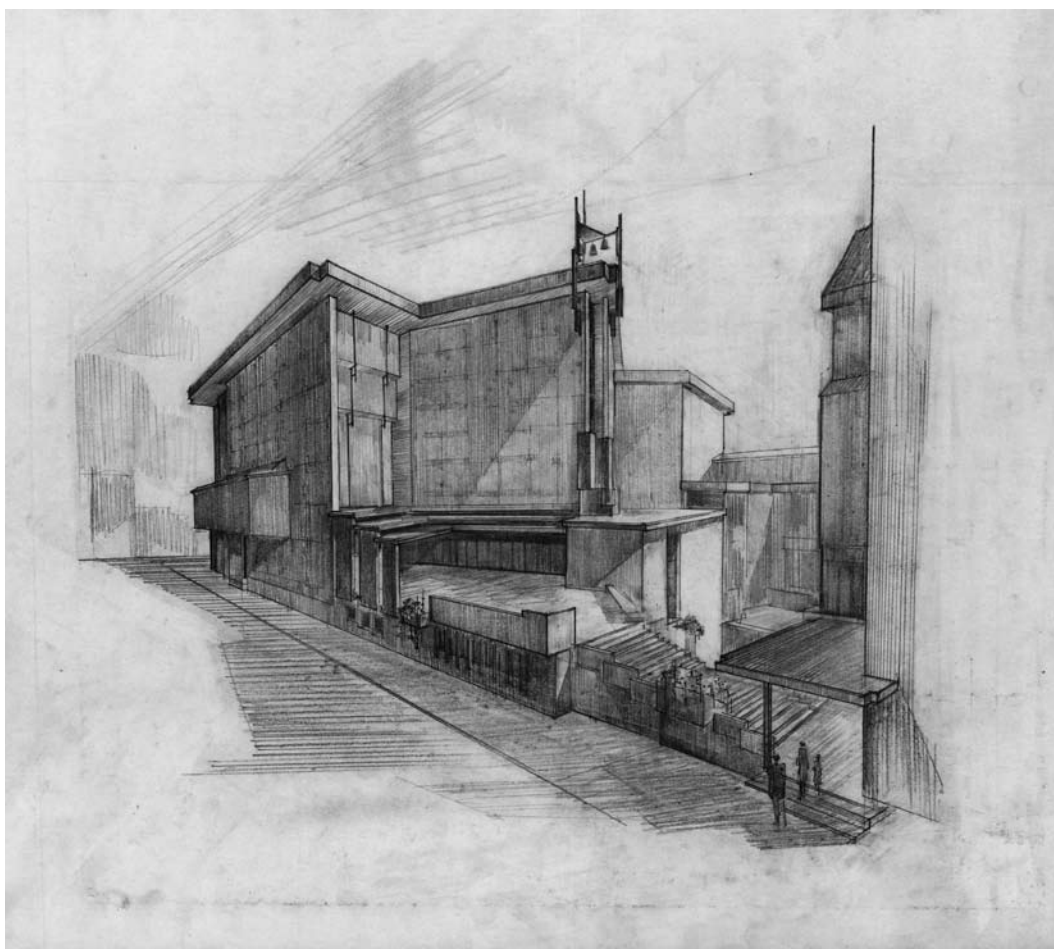
1.2 o mais importante repositório analógico e digital de documentação autêntica e arquivos de arquitectura e artes associadas do país, composto pelos conjuntos documentais gerados pelos vários serviços e organismos públicos antecessores do IHRU (designadamente a ex-DGEMN), bem como por arquivos pessoais e espólios de criadores e agentes do património arquitectónico português dos séculos XX e XXI. Este repositório documenta os processos de:

- a. conservação e restauro de imóveis, conjuntos e sítios classificados de Monumentos Nacionais, Imóveis de Interesse Público, Imóveis de Valor Concelhio;
- b. construção, remodelação e conservação da maioria das instalações de serviços públicos da administração central e desconcentrada do Estado que equipam os centros urbanos de todo o país: sedes administrativas e de órgãos de soberania, hospitais, escolas, tribunais, prisões, bibliotecas, arquivos, museus, teatros, infra-estruturas desportivas, correios e infra-estruturas de comunicações, bancos, quartéis e infra-estruturas de defesa, matadouros, lotas, centros de saúde, centros educativos, serviços de assistência social, laboratórios, postos alfandegários, tesourarias e repartições de finanças, governos civis, infra-estruturas energéticas e portuárias, bairros sociais, etc.

1.3 a biblioteca, especializada nos domínios da habitação, reabilitação urbana e património arquitectónico e áreas associadas.

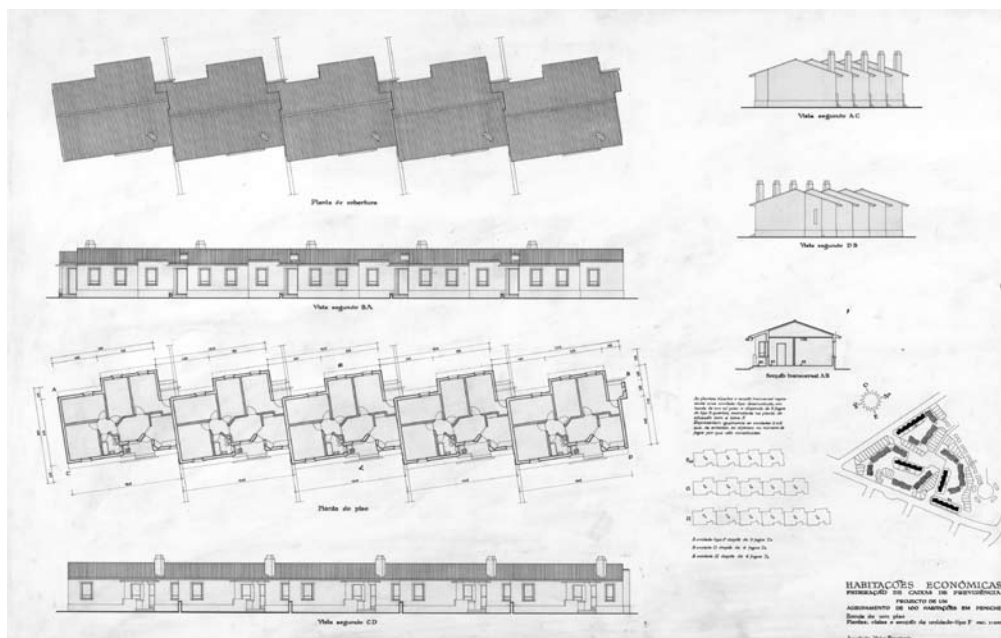
2. por um conjunto consistente e consolidado de princípios, normas, metodologias, instrumentos e infra-estruturas especializados e avançados de identificação, registo, documentação, interpretação, estudo e divulgação de edifícios e estruturas construídas, aglomerados urbanos e paisagens culturais, bem como de aquisição, processamento, conservação e disseminação de informação e arquivos arquitectónicos;

3. por um conjunto de serviços especializados de produção, actualização, conservação e gestão, divulgação e disseminação, em larga escala, de informação e documentação autêntica sobre edifícios e estruturas construídas, aglomerados urbanos e paisagens culturais.



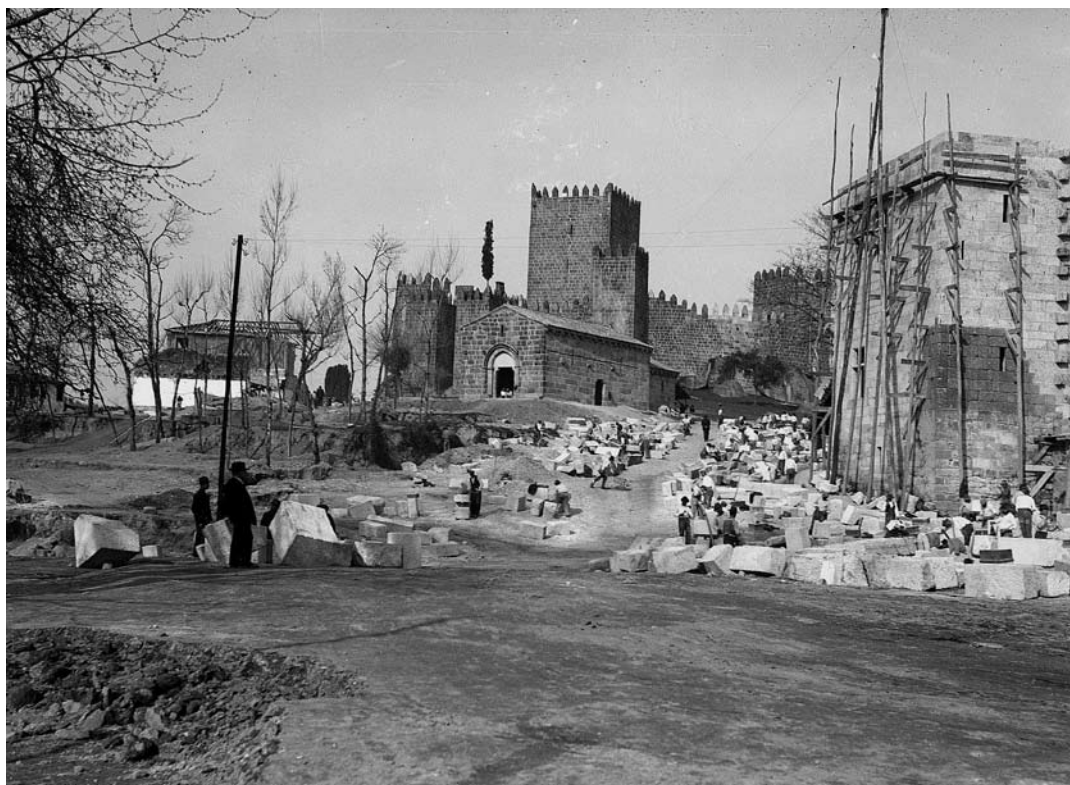
[19] IGREJA DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, ARQUIVO NUNO TEOTÓNIO PEREIRA, S.D., SIPA



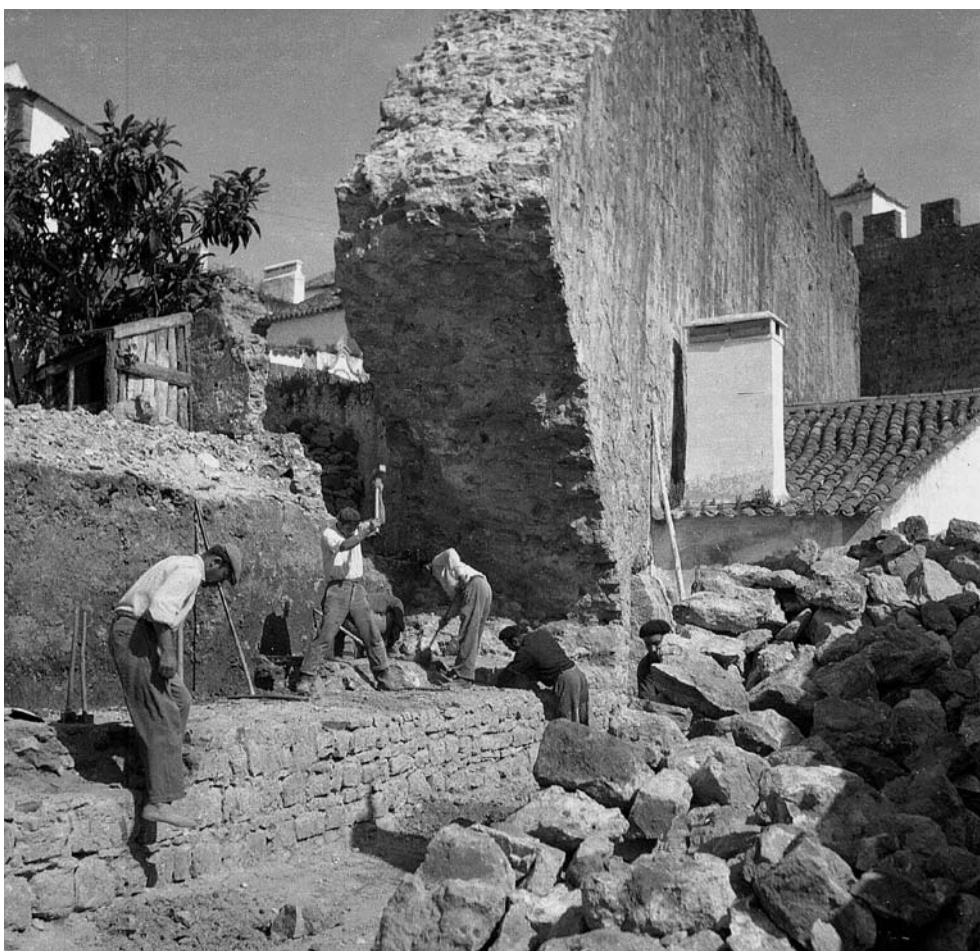




[22] PONTE DA LAGONCINHA, LOUSADA: CONSOLIDAÇÃO DE PILARES, SIPA, FOTO 059828



[23] PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA, EM GUIMARÃES: OBRAS DE RESTAURO, S.A., S.D., SIPA, FOTO 050286



[24] MURALHAS DE ÓBIDOS: RECONSTRUÇÃO DE PANO DE MURALHA S.A., 1962., SIPA, FOTO 520007



[25] FLOR DA ROSA, CRATO: RECONSTRUÇÃO DA NAVE DA IGREJA, S.A., 1960, SIPA, FOTO 165546



[26] CLAUSTRO DO CONVENTO DE S. FRANCISCO, SANTARÉM: ESCORAMENTO DAS ABÓBADAS,
S.A., 1950, SIPA, FOTO 5206243



[27] IGREJA DE CETE: PORTAL POSTO A DESCOBERTO, BALTAZAR DE CASTRO, S.D., SIPA, FOTO 060839



[28] IGREJA DE SANTA ENGRÁCIA / PANTEÃO NACIONAL: CONSTRUÇÃO DA CÚPULA, LISBOA,
ANALIDE ÓSCAR FERREIRA, 1966, SIPA, FOTO 507357



[29] PALÁCIO DA JUSTIÇA DO PORTO, S.A., S.D., SIPA, FOTO 134593



[30] HOSPITAL DE SANTA MARIA, LISBOA, VISTA AÉREA, S.A., S.D., SIPA, FOTO 138831



[31] BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA, VISTA GERAL DURANTE AS OBRAS, A. SANTOS, 1959, SIPA, FOTO 134357



[32] ESTAÇÃO FRONTEIRIÇA DE VILAR FORMOSO: EDIFÍCIO PRINCIPAL, S.A., 1959, SIPA, FOTO 136606

[33] CADEIA COMARCÃ DE ALENQUER: VISTA GERAL, S.A., 1940, SIPA, FOTO 137420



[34] SANATÓRIO DA GELFA: VISTA GERAL, CASA ALVÃO, 1936, SIPA, FOTO 551150

No passado recente verificou-se uma sucessiva transferência de atribuições e competências arquitectónicas e urbanísticas para as autarquias. Por outro lado, no âmbito da própria Administração Central do Estado, vem-se assistindo a uma progressiva descentralização das competências arquitectónicas de construção e conservação de edifícios públicos, de promoção de redes de equipamentos sociais e de salvaguarda e valorização de património arquitectónico, urbanístico e paisagístico, processo recentemente acelerado por força da aplicação do PRACE (Programa de Reforma da Administração Central do Estado), que levou, designadamente, à extinção da ex-Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), entidade que, até então, havia centralizado uma parte substancial daquelas competências. Por fim, a gestão patrimonial imobiliária do Estado vem promovendo a alienação de património imobiliário público, bem como a diversificação dos modelos da sua cedência e afectação a outras entidades colectivas públicas, bem como a entidades privadas.

Ora, a atomização da actividade arquitectónica do Estado ou respeitante a bens imobiliários do Estado conduz, naturalmente, à pulverização de registos e arquivos com ela relacionados, os quais permanecem dispersos pelos repositórios documentais, físicos ou digitais, de cada entidade interveniente. Esse facto, por sua vez, dificulta a criação e manutenção de um registo informativo e documental contínuo e persistente sobre cada edifício, estrutura construída, aglomerado urbano ou paisagem cultural, registo esse que nos garanta a todo o momento uma imagem coerente e completa dos episódios

arquitectónica, urbanística e paisagisticamente relevantes da história desses bens, independentemente do período, do contexto jurídico-patrimonial em que sucessivamente os mesmos se foram inscrevendo, da respectiva entidade gestora, promotora ou beneficiária e do tipo e finalidade das intervenções projectadas e ou realizadas. Acresce que a proliferação dos repositórios documentais, especialmente se, como é o caso, forem constituídos por registos estrutural e tecnologicamente tão complexos como o são os registos técnicos arquitectónicos, urbanísticos e paisagísticos, implica, inevitavelmente, a dispersão dos sofisticados e dispendiosos meios necessários à sua adequada gestão, conservação e disseminação.

Nesse contexto, podemos perspectivar o SIPA e a gestão que dele vem sendo empreendida nos últimos anos, como uma resposta do Estado português à consciência por si progressivamente adquirida da importância da informação e da documentação no contexto das suas actividades arquitectónicas de construção e conservação de edifícios públicos e de promoção de redes de equipamentos sociais, por um lado, e de salvaguarda e valorização de património arquitectónico, urbanístico e paisagístico, por outro.

Resulta:

1. por um lado, da convicção de que a aposta na produção e recolha, do processamento e conservação, do acesso e utilização de mais e melhor informação e documentação autêntica sobre Património Arquitectónico, Urbanístico e Paisagístico é uma poderosa estratégia para:

- a. melhorar a qualidade do desempenho científico, técnico e administrativo dos gestores e utilizadores desse património, quer ao nível da definição de políticas e estratégias de actuação, quer ao nível do planeamento, execução, controlo e avaliação de intervenções;
- b. reforçar a transparência dos processos decisórios e a responsabilização pública dos vários agentes;
- c. aumentar a consciência pública sobre a qualidade da arquitectura e do ambiente construído e sobre a importância de se proteger o património arquitectónico, urbanístico e paisagístico;
- d. promover a investigação científica e técnica em Arquitectura e em campos disciplinares associados;
- e. encorajar a utilização da informação e documentação sobre Património Arquitectónico, Urbanístico e Paisagístico como recurso educativo e fonte de fruição cultural e turística.

2. e, por outro, da percepção de que uma política efectiva e consequente de preservação e valorização dos testemunhos materiais que fundamentam a memória nacional, das diversas regiões, comunidades e indivíduos deverá, sempre que possível, privilegiar soluções contratuais dinâmicas e flexíveis, de cooperação e de *networking* que assegurem a racionalização e a articulação de investimentos, a cooperação entre os diversos intervenientes e que, designadamente, garantam o envolvimento interessado e activo dos detentores e utilizadores desse património.

Do ponto de vista arquivístico - que é o que mais directamente tem a ver com o âmbito do presente trabalho - o SIPA é estruturado em três projectos autónomos, a saber:

- Desenhos técnicos;
- Fotografias;
- Arquivos "textuais".

Apesar de independentes do ponto de vista da sua programação e execução no terreno, estes projectos caracterizam-se por uma abordagem teórica e prática comuns, assente em três vertentes essenciais:

- a organização e o tratamento arquivístico;
- a transferência de suporte/digitalização;
- a preservação e conservação material.

Todavia, a ênfase desde início colocada na necessidade de disponibilizar grandes quantidades de conteúdos em formato digital através da Internet, em associação directa com a base de dados principal do SIPA, fez com que a vertente de digitalização assumisse uma importância determinante, por comparação com outros projectos arquivísticos em Portugal.

Esse facto, por sua vez, aconselhou a que a vertente de tratamento e controlo arquivístico das espécies (à excepção da documentação textual) fosse desenvolvida em duas fases: a primeira, antes da digitalização, de tratamento arquivístico preliminar, com o objectivo de salvaguardar a identificação mínima e a integridade física e intelectual das espécies, a segunda, após a digitalização, de tratamento e descrição aprofundadas.

Também as acções de preservação e conservação material foram, sempre que possível, executadas após a digitalização.

O imperativo de difundir toda essa documentação por via electrónica em associação com outros recursos de informação arquitectónica fez com que os documentos iconográficos (desenhos e fotografias), pela sua riqueza informativa e qualidade de ilustração, fossem os tipos de espécies considerados prioritários para efeitos de tratamento. A necessidade de difundir electronicamente peças documentais ou partes de documentos com elevado valor informativo implicou que a descrição documental tivesse que ser efectuada ao nível mais baixo da hierarquia documental – ao nível da peça documental (desenho, foto, página) e que fossem desenvolvidos e aplicados critérios de comunicabilidade e acesso a esse mesmo nível de precisão, por forma a acautelar eventuais riscos de disseminação via Internet de documentação que, de alguma forma, pudesse por em risco direitos de terceiros.

A estratégia de descrição de conteúdos documentais utilizada passou pela atribuição do identificador único relativo ao objecto arquitectónico na referida base de dados de inventário do património ao próprio registo documental e arquivístico elaborado. Assim sendo, os documentos sobre determinado imóvel, não importa o nível da unidade arquivística em que se esteja, passam a poder ser recuperados pelo identificador desse imóvel ou por qualquer outro dos seus atributos, desde que registados no registo arquitectónico. Paralelamente, todos esses documentos passam igualmente a ser visíveis e acessíveis

através desse mesmo recurso informático de arquitectura, para além, obviamente, de o poderem ser através da base de dados documental. Este facto possibilita, ainda, que os especialistas de História da Arte e da Arquitectura, autores dos referidos registos arquitectónicos, possam ter acesso directo e *on-line* a quantidades muito significativas de documentação contextualizada de outra forma difícil de conhecer e processar, e, em contrapartida, a poder contribuir, ainda que, para já, indirectamente, para a qualificação da indexação e descrição documentais.

Outra opção que se tomou para, em conjugação com as anteriores estratégias, assegurar a possibilidade do acesso individual a cada uma das cerca de 12.500.000 páginas de documentos do arquivo textual sem necessidade de produzir meta-informação relativa ao seu conteúdo, consistiu em fazer processar cada imagem gerada pela digitalização através de uma ferramenta de reconhecimento automático de caracteres e lançar o texto ordenado daí resultante em campo apropriado da base de dados documental.

A aposta num recurso documental de excepcional valor largamente convertido para formato digital e mantido permanentemente em modo *on-line* de maneira a assegurar em contínuo a sua função de fonte documental relativamente à mais importante base de dados portuguesa sobre arquitectura e património arquitectónico, recurso esse parcialmente acessível, como referido, através da Internet, repercutiu-se também, como seria forçoso, nas opções tomadas no tocante ao contexto tecnológico, desde os formatos dos ficheiros até à arquitectura do sistema e à infra-estrutura de *hardware*.

O presente estado de evolução dos diversos projectos arquivísticos no âmbito do SIPA é o seguinte:

1. Projecto de desenhos técnicos (iniciado em 1996)

- 200,000 desenhos encontram-se já microfilmados, digitalizados, pré-tratados arquivisticamente e acessíveis on-line, parcialmente através da Internet;
- 100,000 desses desenhos já foram objecto de tratamento arquivístico e de preservação e conservação completo, encontrando-se depositados em adequadas condições ambientais.

2. Projecto de fotografias (iniciado em 1997)

- 350,000 fotografias encontram-se já digitalizadas, pré-tratadas arquivisticamente e acessíveis on-line, parcialmente através da Internet;
- 50,000 dessas fotografias já foram objecto de tratamento arquivístico e de preservação e conservação completo, encontrando-se depositados em adequadas condições ambientais.

3. Projecto de " arquivos textuais " (iniciado em 2001)

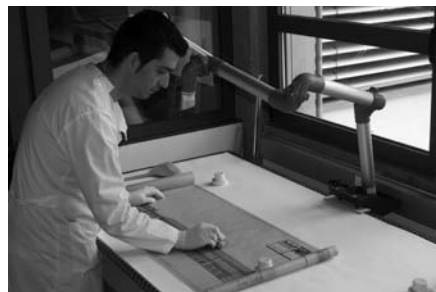
- 1,600 metros lineares de documentação foram já objecto de tratamento e descrição arquivísticos completos;
- 12,500,000 páginas dessa documentação já foram convertidas para formato digital, processadas por OCR, e acessíveis on-line.

O SIPA é considerado um caso de referência internacional pelos especialistas da área do património arquitectónico. Uma das características que lhe confere um grande vantagem relativamente aos demais reside precisamente no

facto desse sistema de informação se basear numa solução técnica e tecnológica que, ao permitir e promover a permanente integração entre o estrato da informação e o estrato da documentação autêntica, produz *out-puts* simultaneamente estruturados e de grande profundidade.

Por outro lado, a relação cooperativa existente no contexto do SIPA faz com que os recursos arquivísticos não só sejam tratados em harmonia com as necessidades dos seus utilizadores preferenciais como sejam utilizados por um leque mais alargado e com uma taxa de frequência significativamente mais elevada do que se esses recursos, à semelhança do que sucede na grande maioria dos serviços arquivísticos, fossem acessíveis unicamente pelas vias tradicionais e especializadas de pesquisa e recuperação de material de arquivo.

Por outro lado, ainda, ao promover e aumentar em quantidade e qualidade os conteúdos públicos disponíveis para a população em geral e para grupos especializados, o SIPA, incluindo as suas Fontes Documentais, contribui decisivamente para estreitar a relação entre o Estado e cidadãos. Por fim, ao promover a consciência do público para a qualidade da arquitectura e do ambiente construído e para a importância da protecção do património arquitectónico, o SIPA torna-se num bom exemplo da importância que a informação e os arquivos podem assumir na sociedade actual.



[35] FORTE DE SACA VÊM, EDIFÍCIO "ARQUIVOS II", SALAS DE PROCESSAMENTO DOCUMENTAL,
LAURA GUERREIRO, 2010, SIPA

